



PARECER PRÉVIO Nº 10/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11671/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975
- 4- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Carauari
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Francisco Costa dos Santos (Prefeito Municipal)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1503/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais. Ofício.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator que acatou em sessão o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Carauari de responsabilidade do **Sr. Francisco Costa dos Santos**, - Prefeito Municipal, com fundamento nos art. 40, I e art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;

10.2. Oficiar à Câmara Municipal de Carauari para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio;



PARECER PRÉVIO Nº 10/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 20 de Março de 2019
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Redator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 10/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11671/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975
- 4- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Carauari
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Francisco Costa dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1503/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2015.

Ofício. Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro – Relator que acolheu o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Carauari de responsabilidade do **Sr. Francisco Costa dos Santos** - Prefeito e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Costa dos Santos** no valor de **R\$ 4.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE, com fulcro no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, II, “b”, da Resolução nº 04/2002, pelos seguintes itens: 10 e 25 (DICAMI) e item 1.3.2 (DICOP).
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Costa dos Santos** no valor de **R\$**



ACÓRDÃO Nº 10/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fulcro no art. 54, III, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, pelos itens: 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5 (DICOP) e 13, 14, 17, 18, 20, 22 e 24 (DICAMI);

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Costa dos Santos no valor de **R\$ 15.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pelos itens: 06, 09, 15, 17, 18, 20 e 22 (DICAMI);

10.5. Considerar em Alcance o Sr. Francisco Costa dos Santos no valor de **R\$ 6.178.613,75** que devem ser recolhidos na esfera Municipal no prazo de 30 dias para Prefeitura Municipal de Carauari pelas impropriedades 2.2.5, 13, 14 e 24 deste voto, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Carauari;

10.6. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Francisco Costa dos Santos, em caso de não recolhimento das multas e débito dentro do prazo, ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

10.7. Recomendar ao Sr. Francisco Costa dos Santos, bem como, ao atual Prefeito Municipal de Carauari que:

- a)** Promova o funcionamento efetivo do Controle Interno;
- b)** Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;
- c)** Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;
- d)** Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;
- e)** Promova melhorias no setor de arrecadação de tributos municipais, visando maior controle dos recursos arrecadados;
- f)** Promova Concurso Público para o provimento do cargo de Procurador Municipal.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 10/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.8. Dar ciência desta Decisão ao Sr. Francisco Costa dos Santos.

10.9. Arquivar os presentes autos e seus apensos, nos termos regimentais, após cumpridas as medidas supra.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Março de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral